

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.728 - SC (2019/0208932-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : VIGISERV SERVICOS DE VIGILÂNCIA LTDA
AGRAVANTE : VIGISERV SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
ADVOGADOS : LUCAS EMANOEL DE SOUZA CONSTANTINO SILVEIRA - PR069594
BRUNO DIAMANTI AVRELLA - RS113393A
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : SERV BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
ADVOGADOS : NESTOR FERNANDO HEIN - RS016216
THIAGO LUIZ ISACKSSON D'ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - DF020792
RAFAEL FERNANDES MACHADO DE OLIVEIRA - PI013731
AGRAVADO : AGENCIA DE PROMOCAO DE EXPORTACOES DO BRASIL - APEX-BRASIL
ADVOGADOS : DANIELLA VITELBO APARICIO PAZINI RIPER - SP174987
ALESSANDRO DOS SANTOS AJOUZ - DF021276
THIAGO MOREIRA DA SILVA - DF024258
PAULO HENRIQUE TRIANDAFELIDES CAPELOTTO E OUTRO(S) - DF041015
AGRAVADO : AGENCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - ABDI
ADVOGADOS : MELISSA DIAS MONTE ALEGRE - DF024686
GUSTAVO HENRIQUE MOREIRA DA CRUZ - DF023166
PATRÍCIA ESTÁCIO DE LIMA CORRÊA - DF024654

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VIGISERV SERVICOS DE VIGILÂNCIA LTDA e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de VIGISERV SERVICOS DE VIGILÂNCIA LTDA e OUTRO, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem a guia

Superior Tribunal de Justiça

de recolhimento das custas devidas ao STJ, apesar de presente o comprovante de pagamento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou. Veja que o valor das custas (fls. 933/934) foi recolhido a menor nos termos da Resolução STJ/GP n. 2 de 1º de fevereiro de 2017, atualizada pela Instrução Normativa STJ/GP n. 2 de 31 de janeiro de 2019. Nesse caso, conforme previsto no art. 1.007, § 5.º, do CPC, é vedada a complementação da insuficiência do preparo.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

